

Governo quer teletrabalho obrigatório até fim de maio

O Governo quer manter o teletrabalho obrigatório em todo o território nacional, para funções compatíveis, até pelo menos final de maio. A intenção foi comunicada pelo Executivo na reunião de concertação social desta quarta-feira.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

O Governo quer manter o teletrabalho obrigatório em todo o território continental até ao final do mês de maio. A intenção sobre a decisão que será tomada amanhã em Conselho de Ministros foi comunicada aos parceiros sociais na reunião de concertação social desta quarta-feira, segundo confirmou o Negócios junto de associações patronais e sindicais.

“Vão manter o teletrabalho obrigatório até ao fim do mês”, explicou ao Negócios João Vieira Lopes. “Alógica é que o Governo vai ouvir os especialistas e que só em função disso é que se tomarão decisões para junho em relação ao teletrabalho, em relação aos espetáculos públicos, ou em relação às limitações às reuniões”, disse o presidente da Confederação do Comércio e Serviços (CCP), depois da reunião com a ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho.

“O que o Governo disse é que vai pedir aos especialistas uma avaliação da situação para decidir que medidas tomar [sobre teletrabalho] e que não altera as regras em vigor até ao final do mês de maio”, explicou também Ana Pires, dirigente da CGTP.

As regras em vigor estabelecem que é “obrigatória a adoção do regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral”, “sempre que este seja compatível com a atividade desempenhada e o trabalhador disponha de condições para a exercer, sem necessidade de



André Kusters/Lusa

A decisão será tomada no Conselho de Ministros desta quinta-feira.

acordo das partes”.

As regras vigoram até dia 16, pelo que será necessário tomar uma decisão em relação ao que acontece a partir de segunda-feira, dia 17. É o que será decidido no Conselho de Ministros desta quinta-feira.

As dúvidas sobre o regime que se aplicará até ao final do ano começaram a surgir quando o Governo estendeu a vigência de um diploma que permite que obrigatoriedade do teletrabalho se aplique apenas em alguns concelhos definidos por resolução de Conselho de Ministros, em função da sua situação epidemiológica. A opção tem sido a de abranger todos os concelhos do território continental.

Há duas semanas, o primeiro-ministro sinalizou que o teletrabalho obrigatório se aplicará até ao final do ano, mas o Ministério do Trabalho (MTSSS) esclareceu depois que a decisão tomada nessa altura se aplicaria até dia 16. As resoluções do Conselho de Ministros são revistas periodicamente.

Quase um milhão em teletrabalho

Durante o primeiro trimestre deste ano, que ficou marcado pelo segundo confinamento, estiveram em teletrabalho 967,7 mil pessoas, um quinto da população empregada, o que dá uma ideia do impacto desta decisão na redução da mobilidade.

Patrões criam Conselho Nacional

As quatro confederações que têm assento na comissão permanente de concertação social – confederação dos Agricultores (CAP), do Comércio e Serviços (CCP), Empresarial (CIP) e do Turismo (CTP) – juntaram-se à confederação da Construção e Imobiliário (CPCI) na criação do “Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCP)”. A ideia não vai tão longe como a “fusão” das associações patronais que foi proposta pela CIP e que chegou a ser discutida em 2010, embora não tenha avançado. A ideia será apresentar posições comuns, tal como já foi feito (pontualmente) no passado quando se negociaram acordos tripartidos. Nenhuma das quatro confederações perde o lugar na comissão permanente de concertação social. A CPCI continua a ter lugar no CES. O novo Conselho deverá ter um porta-voz rotativo.

Os dados foram divulgados esta quarta-feira pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que também explica que a percentagem foi mais elevada (22,6%) durante o primeiro confinamento, na primavera do ano passado.

A reunião de concertação social desta quarta-feira foi marcada essencialmente para continuar a debater o Livro Verde das Relações Laborais, mas acabou por ficar marcada por um debate sobre a situação laboral e social dos emigrantes, a partir da questão de Odemira. Os parceiros sociais e o Governo combinaram que vão dedicar uma das próximas reuniões de concertação social a este assunto. ■